



“Com o suor do teu rosto”: a construção da cidadania pelos moradores do Jaraguá¹

Vanda Cunha Albieri Nery²

Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (Esamc)
Universidade Federal de Uberlândia/Minas Gerais

Resumo

Entendendo a comunicação para além de conteúdos veiculados pela mídia, mas a partir da competência comunicativa da comunidade e de sua cultura, pretendo mostrar a criação de um espaço urbano em Uberlândia/MG, considerado como um espaço de vivência e exercício da cidadania, a partir da experiência vivenciada pelos moradores do bairro Jaraguá na construção da Igreja do Divino Espírito Santo do Cerrado, único exemplar da produção artística de Lina Bo Bardi no Estado de Minas Gerais. A reconstituição do tempo da construção é feita por meio da memória, entendida também como um processo de comunicação, no qual as informações são produzidas, selecionadas, conservadas e transmitidas. Trata-se, portanto, da descrição e análise de um espaço urbano no presente e uma remessa ao passado, tendo os próprios moradores como intérpretes de seu significado.

Palavras-chave: comunicação; cidadania; memória; organização popular.

Introdução

No sentido dicionarizado e simplificado, cidadania é "qualidade ou estado do cidadão" e cidadão, por sua vez, é o indivíduo, membro de uma comunidade e de um Estado, no pleno exercício dos direitos ou no desempenho de seus deveres para com o Estado. O termo tornou-se sinônimo de homem livre, portador de direitos e obrigações assegurados em leis.

A cidadania, de acordo com o jurista Dalmo de Abreu Dallari (1981, p.59-62), expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. Uma pessoa se torna cidadã ou cidadão quando passa a participar e a transformar a realidade em que vive. A cidadania é, pois, antes de tudo, uma construção política, social e cultural dos cidadãos na vida

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Publicitária. Pós-Doutorado em Processo de Criação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa. Professora da Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (Esamc) e Coordenadora da Assessoria de Comunicação Social da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).



comunitária e tem como fundamento a realização dos direitos humanos. A simples declaração da existência desses direitos não é, contudo, suficiente. Para que esses direitos tenham significação prática é preciso que as pessoas possam, efetivamente, exercê-los. Nesse processo, cabe à informação/comunicação o desempenho do papel essencial. Sem informação, a pessoa tende a se isolar, não se torna cidadã, impedida que é de aceder ao espaço do efetivo exercício da cidadania.

O conceito de cidadania ao longo do tempo é marcado por noções diversas e, muitas vezes, conflitantes. Nascido do sentimento grego de *polis*, ou Cidade-Estado, enquanto espaço público de decisão política, um espaço onde todos seriam iguais e no qual imperaria a democracia; o conceito passa, no século XVIII, pelo corpo das mudanças das revoluções liberais, francesa e americana, como um direito universal à igualdade, delegando ao homem a legitimidade para falar de suas necessidades e expressar como concebem, a cada época, os valores de liberdade, igualdade e fraternidade, proclamados pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, votada em 1789, na França. Tendo como suporte tal legislação, a ideia de cidadania passa, da noção restritiva e seletiva da *polis* grega, para a noção de cidadania “como um direito coletivo, que, favorecendo o desenvolvimento da individualidade, pressupõe a ação política e sua socialização” (Peruzzo, 2002), o que implica não só direitos do indivíduo, mas também os seus deveres na sociedade. “A ‘polis’ integralmente constituída”, explica Peruzzo (2002, s/p),

“correspondia a uma sociedade politizada, na qual a esfera pública ocupava um território mais amplo nas vidas dos cidadãos e estava situada num plano mais elevado de importância do que os assuntos privados dos indivíduos. A polis baseava-se na ação coletiva, portanto, na liberdade coletiva. A cidadania refletia a integração do indivíduo à coletividade pública.”

A Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, promulgada em 1948, desencadeia a luta, entre outros, por direitos à paz, a um ambiente despoluído, à utilização do patrimônio comum da humanidade e abre espaço para que a noção de cidadania, herdada dos ideais da Revolução Francesa, seja posta em cheque, a partir da segunda metade do século XX, e de modo crescente, após a emergência dos movimentos sociais pós 1960, quando as minorias étnicas, culturais, raciais e de gênero, sob um discurso de respeito às diferenças, passam a exigir, além dos direitos políticos e econômicos; políticas culturais que considerem, reconheçam e valorizem as diferenças entre os cidadãos. Nesse contexto, surgem, em todos os países, movimentos que vão apresentar demandas e exigir uma ampliação da cidadania, reivindicando a inclusão de



indivíduos que estão fora dos critérios, considerados razoáveis, para o seu estabelecimento. De acordo com Bobbio (1992, p.69): "(...) a passagem ocorreu do homem genérico - do homem enquanto homem - para o homem específico, ou tomado na diversidade de seus diversos status sociais, com base em diferentes critérios de diferenciação (o sexo, a idade, as condições físicas), cada um dos quais revela diferenças específicas, que não permitem igual tratamento e igual proteção." Prova disso, segundo Bobbio, são as cartas de direitos que se sucederam no âmbito internacional, como por exemplo, a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher(1952), a Declaração da Criança (1959), a Declaração dos Direitos do Deficiente Mental (1971), a Declaração dos Direitos dos Deficientes Físicos (1975) e a primeira Assembléia Mundial em Viena, sobre os direitos dos anciãos, em 1982.

Essas novas particularidades, levantadas pelas questões de identidade, vieram alterar, mais uma vez, a noção de cidadania, que passa a ser vista como um conjunto de práticas culturais, simbólicas e econômicas, vinculadas a uma gama de direitos, que definem a adesão de pessoas a uma determinada política.

O pleno exercício da cidadania compreende na clássica conceituação de Marshall (1967, p. 63-64), três tipos de direitos: os direitos civis e os direitos políticos, chamados de direitos da primeira geração e os direitos sociais, chamados de segunda geração. Os direitos civis incluem, por exemplo, a liberdade individual, tais como o direito de ir e vir e o direito de expressão, a liberdade de pensamento e fé, além dos direitos à propriedade e à justiça. Os direitos políticos abarcam a participação do indivíduo no exercício do poder em todos os níveis: eleições, plebiscitos e órgãos de representação, tais como sindicatos, movimentos e associações. Os direitos sociais, asseguram a cada indivíduo, dentro dos padrões de uma dada sociedade, um mínimo de bem-estar econômico (o direito à alimentação, moradia, saúde, educação e trabalho), para que ele possa ter uma vida digna e civilizada além de poder participar da herança sociocultural, ligada ao consumo e ao lazer.

A conquista da cidadania, segundo Peruzzo (2002), “significa a passagem de súditos para cidadãos, dentro de um arcabouço social que requer o envolvimento das pessoas, condicionando-se seu *status de cidadão* à qualidade da participação.” Para ela, esta é uma das bases da cidadania, que tem como outra base a noção de que suas formas se condicionam ao tipo de sociedade política em que se vive. De modo claro e bastante elucidativo, Peruzzo (2002) aponta cinco noções fundamentais que, segundo ela, encerram a questão da cidadania.

“Primeiro: o cidadão tem direitos e deveres. A participação política, a responsabilidade pelo conjunto da coletividade, o cumprimento das normas de interesse público são deveres, por exemplo. Segundo: a cidadania é histórica. Varia no tempo e no espaço, varia conforme o período histórico e o contexto vivido. Portanto, cabe sempre perguntar quem pode exercer plenamente a cidadania. Terceiro: a cidadania é sempre uma conquista do povo. A ampliação dos direitos de cidadania depende da ‘capacidade política’ dos cidadãos, da qualidade participativa desenvolvida. Quarto: as formas de participação decorrem do tipo de sociedade política em que se vive. Quinto: a cidadania não se encerra nas suas dimensões da liberdade individual e participação política, mas inclui os direitos sociais e coletivos” Peruzzo (2002, s/p).

Bobbio (1992, p. 5) considera que os direitos naturais são direitos históricos e, a cada dia, um novo direito aparece, a partir dos direitos já adquiridos. “Num movimento social imprevisível e que depende de condições históricas, os homens vão transformando as bases dos direitos, alterando prioridades, reinventando a cidadania.”

Nessa mesma linha de pensamento situa-se Habermas (1995) ao afirmar que existe hoje uma multiplicação dos direitos humanos individuais e também maior visibilidade desses direitos, graças ao aumento do fluxo comunicativo proporcionado pela mídia. Para ele, a democracia realiza-se tanto através das práticas comunicativas, entendidas como momentos de produção de sentido, de construção de mundo comum, como através de direitos já assegurados, na medida em que estes estabelecem uma forma de sociabilidade regida pelo reconhecimento do outro como sujeito de demandas legítimas.

Peruzzo (2002) também vê nas práticas comunicativas um mecanismo capaz de facilitar a ampliação da cidadania, uma vez que possibilita a pessoa “tornar-se *sujeito* de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação ali forjados, o que resulta num processo educativo, sem se estar nos bancos escolares”. A pessoa inserida nesse processo tende a mudar o seu modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele, tende a agregar novos elementos à sua cultura.

Em uma necessária recuperação, o conceito de cidadania que nos interessa mais proximamente no momento nos parece ser o de Alejandro (1993), que entende a cidadania como uma realidade textual, ou seja, um evento social, dinâmico, conflituoso, aberto a uma pluralidade de significados, evadindo-se, desdobrando-se, descortinando-se para uma pluralidade de cidadãos que refletem e agem na construção de uma vida comum.



Um olhar sobre a cidade

A cidade é o espaço físico onde podemos observar a sedimentação de gostos, de costumes e de conquistas de uma determinada população. Quando decifrado, o espaço revela-nos as práticas sociais e espaciais dos diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam e vivem o seu cotidiano. Na medida em que desenvolve a capacidade de manter e conservar a informação, a cidade expande também a sua capacidade enquanto sistema de comunicação (CLARK, 1985, p. 72).

Nascida em área de domínio do cerrado, na região do Triângulo Mineiro e com uma população de quase 700 mil habitantes, Uberlândia é a segunda maior cidade do Estado de Minas Gerais e também a segunda maior cidade do interior do Brasil. Localizada em uma posição geográfica estratégica, próxima aos grandes centros do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia e Brasília, e ligada aos principais mercados do País, a cidade possui uma infraestrutura moderna e qualidade de vida de uma metrópole do interior. É sede do maior centro atacadista-distribuidor da América Latina e muito conhecida pelo seu empreendedorismo nato e por sua vocação de agronegócio, além de se destacar nas áreas de biotecnologia, telecomunicações e educação, sendo considerada pólo universitário, abrigando 19 instituições de ensino superior, uma delas federal. Mais recentemente, este constante desenvolvimento tem proporcionado a expansão do turismo de negócios.

Sua população é composta de 38% de pessoas nascidas na cidade e o restante são pessoas vindas de outras cidades e outras regiões do país. Esse contingente populacional vindo de fora, aliado à ausência de leis que regularizassem o uso do solo, bem como da atuação e interesse dos agentes gestores do espaço, em especial as empresas imobiliárias, foram os responsáveis pela aceleração do processo de ocupação e reprodução do solo urbano, principalmente entre os anos 1970 e 1980, quando verificou-se um crescimento populacional de 142,3%. Nesse processo, as empresas imobiliárias, particularmente, desempenharam um importante papel, elegendo áreas específicas de valorização e segregando os grupos sociais e as atividades produtivas.

É neste contexto que surge o bairro Jaraguá, localizado na zona oeste de Uberlândia, à margem do rio Uberabinha que corta a cidade, implantado em meados da década de 1960, com pouca, ou quase nenhuma, estrutura física, econômica e social, que só chegou ao local três décadas depois. Naquela época, o bairro abrigava uma população pequena. Eram pessoas vindas de outras regiões em busca de uma vida melhor. Como a cidade estava em pleno crescimento, devido exatamente ao grande



fluxo imigratório, a sua ocupação, como na maioria das cidades brasileiras, se fez de maneira desigual entre as áreas central e periférica. Em busca de local para morar, as pessoas foram fazendo suas casas próximas ao rio, em precárias condições de sobrevivência, não dispendo de redes de saneamento e energia elétrica, asfaltamento e transporte, num ambiente onde imperavam a desigualdade e a pobreza de forma perversa. Na prática, não existiam como cidadãos, eram filhos da exclusão social. Pior do que esta situação de não-cidadania era o fato de que quase todas as famílias eram analfabetas, configurando um quadro de completo desconhecimento do que eram e do que podiam ser. Faltava-lhes a informação (conhecimento) básica que lhes permitisse construir-se como sujeitos de sua própria história.

É nesse cenário de abandono e de exclusão que começa a brotar, em meados da década de 1970, um processo de construção da cidadania, provocado por algumas iniciativas de inserção, capitaneadas pelos freis franciscanos, responsáveis pela incipiente paróquia do bairro, principiando pela ideia da construção de uma igreja e, com ela, ou a partir dela, a reivindicação dos serviços básicos como o acesso à educação, à moradia, à saúde e ao trabalho. Estava aí o começo de uma história que iria transformar indivíduos em cidadãos.

O nascimento da Igreja do Jaraguá

A idéia da construção de uma igreja que atendesse à Ordem dos Franciscanos e a Ordem das Carmelitas dos Pés-Descalços, mas, sobretudo, às necessidades da comunidade do bairro, começou a ser gestada em 1975, quando os padres franciscanos Egydio Parisi e Fulvio Sabia pediram à arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi um projeto para a edificação. Lina recusou o trabalho alegando ser comunista e não acreditar no papa João Paulo II. Uma nova tentativa e uma nova recusa. Na terceira tentativa, em 1976, o artista plástico Edmar José de Almeida, que trabalhou com Lina, solicitou que ela fizesse um projeto para o povo, mas Lina alegou que a iniciativa seria desfigurada pela instituição religiosa. Edmar argumentou que a igreja seria erguida pelo sistema de mutirão pela própria comunidade, até o material usado na obra seria procedente do próprio local, como tijolos de barro e madeira de aroeira da região. Lina não teve como recusar. Fez o projeto no estilo paleocristão, ou Oca Indígena – “Igreja Romana, mas Brasileira”, como dizia, e decidiu doá-lo à comunidade. Com o projeto em mãos, os padres conseguiram uma substancial ajuda financeira da Fundação Alemã



Adveniat, por intermédio do bispo de Essen. No bairro, foi constituído um “Conselho de Construção”, composto por 56 pessoas eleitas pelos próprios moradores, e a Igreja começou a ser erguida, como a arquiteta queria, em regime de mutirão, pela força da própria comunidade.

É importante destacar que o projeto não foi simplesmente feito e entregue para construção. A obra sempre contou com a presença de Lina, que não hesitou em colocar literalmente as “mãos na massa”, escolhendo os materiais, fazendo todos os detalhamentos *in loco* e, principalmente, trabalhando diretamente com os mestres de obras e os operários. Frequentemente acompanhada de seus dois principais assistentes, os arquitetos André Vainer e Marcelo Ferraz, a arquiteta fazia visitas periódicas à construção, para pesquisas e encontros com a comunidade, peça-chave na construção.

“O que houve de mais importante na construção da igreja”, avaliaria mais tarde Lina, “foi a possibilidade de um trabalho conjunto entre arquiteto e mão-de-obra”. Na construção, não foi utilizado capital burguês e nem do poder público. “Foi construída por crianças, mulheres, pais de família em pleno cerrado, com materiais muito pobres, coisas recebidas de presente, de esmolas. É tudo dado – não no sentido paternalista, mas com astúcia de como se pode chegar a coisas com meios muito simples” escreveu a arquiteta em seu livro no qual relata a construção da igreja (Bardi, 1999, p. 4). “Nossa experiência”, ela acrescenta, “não é a de uma ‘elite folclórica’, mas de um teste de viabilidade tendo em vista a possibilidade de uma produção habitacional ao alcance do povo e realizada com a colaboração desse mesmo povo” (Bardi, 1999, p. 6). Dessa forma, a colaboração e o diálogo entre os saberes erudito e popular, que é bem recorrente na linha de pensamento da arquiteta, foram atingidos de forma intensa, em comparação com outras construções realizadas por ela em todo o país.

É bom ressaltar que Lina tinha um espírito lúdico, crítico e revolucionário. Nascida em Roma, atuou politicamente integrando a resistência à ocupação alemã durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e colaborando com o Partido Comunista Italiano, então clandestino. Em 1946, viaja para o Brasil e fixa residência em São Paulo. Transfere-se para Salvador em 1958, e após uma temporada de intenso trabalho e viagens pelo nordeste, retorna a São Paulo, após o golpe militar de 1964. A partir daí, incorpora em seus projetos o legado da temporada nordestina na forma de uma radical “experiência de simplificação” da linguagem e sua obra assume o caráter do que qualifica como “arquitetura pobre”. “Quando cheguei ao Brasil”, lembra Lina, “fiquei atordoada. Era um pessoal desaforado, ordinário, maravilhoso; reencontrei aqui

as esperanças das noites de guerra; estava feliz e aqui não havia ruínas.” Tudo estava por construir, ao contrário da Europa que deixara para trás.

Mal sabia Lina que era exatamente com esse pessoal “desaforado, ordinário, maravilhoso” que ela iria encontrar e trabalhar na construção da Igreja do Jaraguá.



A Igreja do Divino Espírito Santo do Cerrado foi construída entre 1976 e 1982. O conjunto arquitetônico, distribuído em quatro platôs, é formado pela igreja propriamente dita, por uma caixa d’água em forma de torre circular, por uma residência para três freiras com pequeno claustro, um galpão aberto, semelhante a uma oca, para evangelização e um pequeno campo de futebol. Ao lado, uma creche. A falta de recursos para o empreendimento foi superada pela criatividade e grande sensibilidade de Lina, que, na época, estava em pleno embate para achar soluções cosmopolitas para a arquitetura popular. Fez a igreja em formas curvas com tijolo comum, sem reboco, assentado com barro e estrutura de madeira, em aroeira da região, com utilização de tecnologia barata e simples. Restringiu-se o emprego do concreto armado apenas às partes essenciais da estrutura: pilares e vigas dos volumes circulares da igreja e da residência das freiras.

No telhado foram usadas telhas “capa canal”, feitas de barro, assentadas sobre o engradamento de madeira. Foram utilizadas, também, telhas translúcidas de vidro na região do altar-mor, para a entrada de luz natural para a iluminação do recinto, dispensando, assim, o uso de luminárias e de energia elétrica, ainda inexistente no bairro, naquela época. Na área do altar, o telhado é sustentado por uma ampla estrutura de madeira, colocada estrategicamente, para a colocação de faixas coloridas, cujas cores são determinadas pelo calendário litúrgico católico. De acordo com este calendário, as cores são trocadas, podendo ser verde, roxo, vermelho ou branco. Na área elevada do altar, tem-se, ainda, o palanque de leituras, cadeiras e crucifixo, tudo confeccionado em madeira da região, a aroeira. O piso da igreja foi feito de cimento com pequenos seixos rolados, estilo das calçadas portuguesas, de granito de cor avermelhada. Na casa paroquial, o chão é de madeira e cimento. O galpão foi construído de madeira e bambu com piso de terra batida. Todos os materiais aparentes foram aplicados diretamente na própria estrutura da construção.



A residência das freiras, composta por três celas, está localizada na área central do conjunto, tendo ao fundo um pequeno claustro, para o qual as janelas das celas estão voltadas. As dimensões das construções são as mínimas possíveis, tanto nas celas, quanto no pátio externo. O piso de toda a área externa e do campo de futebol foi feito de terra batida. A forma circular, cujo emprego na arquitetura religiosa cristã remonta aos primeiros séculos da nossa era, predomina em todos os espaços e dá a impressão de movimento à fachada. Tal forma se tornou tema recorrente da arquitetura moderna, bastando citar como exemplo, a Catedral de Brasília, projetada por Oscar Niemeyer. O acesso à igreja se dá pela Avenida dos Mognos, onde a entrada principal distribui o fluxo de pessoas para três níveis: o galpão, a residência das freiras e a capela. Tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), em 09 de maio de 1997, a igreja de Lina Bo Bardi é uma espécie de antevisão na arquitetura religiosa tradicional – ao mesmo tempo em que preserva a noção de sagrado.

Construída numa época em que seu entorno era extremamente pobre, a função da igreja do bairro Jaraguá restringe-se ao catolicismo e seu uso, como previsto, se destina a atender a comunidade local. Lina concebeu uma obra que, apesar da escala ser mínima, tornou-se grandiosa pela complexidade de sua simplicidade. Inspirando-se em formas de arquitetura vernacular e da tradição popular, ela compôs um conjunto despojado e harmonioso. “A simplicidade essencialmente franciscana é um hino ao sagrado. Um canto de louvor à pureza do divino e uma homenagem à singeleza do homem brasileiro”, disse em 1999, o então Secretário de Estado da Cultura de Minas Gerais, Ângelo Oswaldo de Araújo Santos. Os espaços exíguos, exatos, plenamente coerentes com a doutrina cristã e com a disciplina franciscana, não se rendem à ostentações fáceis, exageros e luxos

A igreja do Jaraguá é a única obra da arquiteta Lina Bo Bardi construída em Minas Gerais, que tem projetos tão importantes como o de restauro do Solar do Unhão, conjunto arquitetônico do século XVI, em Salvador; o Museu de Arte de São Paulo, marco da arquitetura mundial e o Sesc Pompéia, também em São Paulo, grande e bem resolvido palco da mais ambiciosa projeção de Lina: a de casar arquitetura com



humanismo. No entanto, esses não são os projetos mais festejados pela arquiteta, embora tenham importância crucial na sua obra. Em meio a tantas realizações grandiosas, elegeu como a mais importante de todas, a Igreja do Espírito Santo do Cerrado. “Pode ser que a grande obra seja a capelinha miserável de Uberlândia”, ela disse em 1992, ano de sua morte. “Foi feita sem dinheiro, com os padres franciscanos e prostitutas, o Masp é menos importante do que aquilo.” Para Marcelo Ferraz: “Talvez toda arquitetura devesse ser assim: moderna quando feita e no futuro; útil, bela e cheia de vida.”

A obra reconstruída pela memória

O passado, como dizia Lina, traz uma lição histórica, oferece os meios para a compreensão do presente. O presente, por sua vez, também deve ir de encontro ao passado, estabelecendo com ele uma ligação fecunda. A Igreja do Divino Espírito Santo do Cerrado é povoada pelas recordações daqueles que ajudaram a construí-la, há quase três décadas. Por meio de seus depoimentos, a igreja conta o seu passado. Em cada palavra, em cada gesto, nas falas e nos casos contados, surge viva uma rica história de luta, de garra e de determinação, que marca a organização desse espaço urbano, como um espaço para o exercício da cidadania. Há, em cada narração, uma lembrança sempre presente: a referência ao passado, a construção da igreja, a forma como enfrentaram cada um dos obstáculos, o resultado dessa ação na vida de cada um.

É assim que dona Elizabeth Fátima de Moraes, proprietária da Farmácia do bairro, nos fala do marco inicial da construção:

“Sabe aquela cruz de madeira que está lá, fincada bem na porta da igreja? Foi feita por um primo meu, o Alonso, que morava bem ali na rua de cima. Tudo aqui era mato, a gente atravessava pelo meio do mato. Onde está a igreja era um terreno vago, cheio de mato. E nós fizemos uma procissão pra buscar a cruz lá na casa do Alonso e levar pro terreno. Foi muito bonito. Umas cem pessoas ou mais. Fincamos a cruz lá no chão e o frei Fúlvio disse com a voz bem firme: vocês podem ter certeza que aqui vai ter uma igreja do Divino Espírito Santo.”

Depois de um silêncio, como se estivesse a reviver aquele momento com muita nitidez, ela completa: “E o terreno ficou lá, vazio, só com a cruz. Depois é que começou a construção. A gente trabalhou muito. Fazia campanhas, galinhadas, vendia rifas para arrecadar dinheiro para a construção. Foi uma trabalhadeira medonha. Mas fizemos a igreja.”



A luta dos moradores para conseguir erguer a igreja, em face das condições adversas, aparece na fala de todos, mas aparece também, nas mesmas falas, o forte sentimento de dignidade, de reconhecimento, de coroamento de seus esforços. A igreja, para eles é como um prêmio, um troféu, que é “exibido” com orgulho, depois de vencida a batalha. Todos referem-se à edificação carinhosamente como “a nossa igreja, a igreja da Lina que nós ajudamos a construir.”

Falar da igreja hoje com os antigos moradores, participantes e testemunhas *in loco* da construção, é entender esse conjunto arquitetônico relacionado com uma carga enorme de valor afetivo, de auto-estima, é descobrir os vínculos estabelecidos entre esses moradores e a edificação, gerando um sentimento de pertença que vai contribuir no lento processo de construção da cidadania.

Esse vínculo adquire força na memória do senhor Augusto Bernardelli, 67 anos, membro do Conselho de Construção, que acompanhou passo a passo a feitura da obra. Com voz calma e mansa, ele força a memória para trazer ao presente as lembranças daquele tempo da construção:

“Antigamente, a igreja do bairro era ali no terreno onde é o quartel do exército e quando chegou o exército, a igreja não podia ficar mais lá. O povo do exército até ofereceu um lugar menorzinho, um chalezinho, pra improvisar uma igreja, mas os padres não aceitaram. Eles tinham esse terreno aqui, bem pobrezinho, que era pra construir uma creche, que precisava muito aqui no bairro e resolveram aproveitar pra construir uma capela também. Essa capela, nem era capela, era um barracão, foi feita de madeira, e a igreja passou a funcionar aqui. Depois, para a construção da igreja da Lina, a igreja de madeira foi destruída.”

Enquanto seu Augusto fala da capela, sua esposa, dona Lindalva de Freitas Bernardelli, moradora do bairro há 33 anos, interrompe para reconstruir, por meio de suas lembranças, o espaço existente naquele tempo e que não existe mais:

“Nessa época, isso tudo aqui era mato, era cerrado puro. A rua era de terra e só se via a poeira levantando. Muita terra, terra vermelha que doía, era pó vermelho ou barro vermelho. Não tinha luz, não. Não tinha água. Pra construção da igreja, nos mutirão, a gente usava água de cisterna, cedida pelos vizinhos. E todo mundo trabalhava. Fazia festa, fazia galinhada pra angariar dinheiro. Fazia rifa também. Sabe aquelas faixas coloridas que coloca lá em cima do altar?... foi tudo comprado com dinheiro de rifa. A gente trabalhava por gosto, por prazer.”

Esse mesmo prazer é descrito por dona Elizabeth, que também recorda dos mutirões, uma lembrança sempre viva na memória desses moradores.



“Quando os padres receberam o dinheiro que veio lá da Itália [na verdade o dinheiro veio da Alemanha] é que a igreja foi construída mesmo. A gente fazia o mutirão todo fim de semana. Era muito bonito. Durante a semana a gente saía nas casas pedindo as coisas pra fazer a comida. No fim de semana todo mundo ia pra lá. Os homens faziam os buracos no chão pra levantar as paredes, as mulheres cuidavam da comida e a meninada só brincava na terra e na poeira. Era uma festa, em todos os sentidos. Todo mundo conversava, trocava idéias. Era muito bom!”

Emocionado, o senhor Augusto, fala do tempo em que a igreja era o local de realização de atividades de entretenimento, de lazer, de reuniões, de encontros, enfim, um local para se exercer a cidadania, lembranças de um tempo que, segundo ele, “foi e não voltará mais.”

“Isso aqui, na época do frei Fúlvio, era uma comunidade pra valer. Todo mundo participava. Todo mundo ajudava. Tinha festa na igreja? Todo mundo ia. Tinha reza? Todo mundo ia. Tinha reunião? Todo mundo tava lá. Era o lugar da gente encontrar. Todo mundo se conhecia. Frei Fúlvio saiu há mais ou menos 10 anos. Voltou para a Itália. E aqui, tudo mudou. A gente vai na igreja e ninguém conhece a gente. Não é mais a mesma coisa.”

Essa mesma opinião é compartilhada por dona Elizabeth, que nos deixa entrever, em sua fala, além das práticas sociais dos moradores que ali circulavam, lutavam e viviam o seu cotidiano, as práticas comunicativas, manifestas nas celebrações religiosas, nas apresentações de teatro, nas festas comemorativas e nas reuniões, onde eram repassadas informações, principalmente, sobre os direitos dos moradores, fazendo desabrochar o processo de construção da cidadania.

“Quando a igreja ficou pronta, todo mundo frequentava. Tinha festa na semana santa, no Domingo de Ramos, no natal, na páscoa, tinha festa junina, tinha grupo de mães, grupo de jovens que faziam teatro, meu filho participava, e todo mundo ia lá assistir. A gente fazia também muita reunião na igreja. O padre chamava e todo mundo ia. Todo mundo falava, trocava idéia. A gente não achava certo não ter água, não ter luz. Lá no centro da cidade, todo mundo tinha água e tinha luz. E a gente perguntava pro frei. ‘Frei Fúlvio, porque que é que a gente não pode ter água e luz?’ Ele respondia, sempre com sua voz firme, de italiano: ‘você podem ter sim!’ E explicava tudo direitinho, tudo que era direito nosso. E todo mundo falava, dava a sua opinião. É... a gente trocava muitas idéias.”

Também dona Lindalva, mostrando fotos dos filhos ainda crianças, em atividades na igreja ao lado de frei Fúlvio, identifica a igreja como expressão de seu passado e como um bem coletivo, confirmando, ainda, a forte ligação de todos os moradores com a igreja que ajudaram a construir:



“Meus quatro filhos foram coroinhas, meu marido foi ministro da Eucaristia. Tinha muita festa na igreja. Nas festas juninas, a gente enfeitava a quadra, a criançada dançava a quadrilha. Era muito bonito. Tinha clube de mães, a gente aprendia e ensinava. Tinha cursos pra ensinar crochê, tricô, bordado. Tinha também clubinho das crianças e dos adolescentes. Tinha catecismo. Ih! Tinha muita coisa! Durante muitos anos eu cuidei da igreja, limpava tudo ali. O frei Fúlvio era muito bravo. Italiano, né? Era tudo com muito respeito, com muita seriedade.”

Essa convivência lúdica e de trabalho, nos encontros rituais eram sempre ocasiões para a comunicação e troca de idéias, opiniões e novidades, o que foi permitindo, aos moradores, a aquisição de informações, de conhecimento, de saberes da experiência humana, a certeza de que tinham direitos que deveriam ser respeitados. Como palco para a aquisição de informações estava o galpão, intencionalmente integrado no conjunto arquitetônico criado por Lina. Chamado de “galpão de catequese”, embora não atendesse na maioria das vezes aos rituais religiosos, foi ali que os moradores criaram seus meios próprios de comunicação como as rezas, as festas, as reuniões, que desempenharam um importante papel na conquista da garantia dos direitos da coletividade. As atividades ali realizadas se tornam claras, na fala de seu Raimundo da Conceição, 72 anos, e, naquela época, membro da Associação de Moradores que se formou ainda quando era erguida a edificação. Da sala de sua casa, de onde se avista a igreja, ele aponta o galpão e vai contando:

“Antes da construção da igreja a gente não tinha onde se encontrar. Às vezes, a gente trocava umas idéias, no final da tarde, na porta de um ou outro vizinho. À noite, ninguém podia fazer nada mesmo, porque não tinha luz. O frei Fúlvio ficava muito bravo com a situação. Quando construímos a igreja, foi tudo uma maravilha. Aí, a gente já tinha um lugar pra reunir. E a gente ia pra lá. Falava dos problemas que a gente tinha, né? Não tinha água, não tinha luz, não tinha escola pras crianças, não tinha postinho de saúde, não tinha nada. Só mato, muito mato e muita poeira. Aí o frei Fúlvio e as freiras falavam pra gente, que a gente tinha direito de ter escola, de ter trabalho. Lá oh! no galpão, as freiras ensinavam uns chá pra curar doenças, porque a gente não tinha médico, né? Tinha ensinamentos pros jovens, pras crianças. E tinha cursos também, era bordado, costura, coisas assim.”

Assim como o seu Raimundo, dona Abadia Luisa Pereira, 79 anos, artesã que teceu as faixas que ainda hoje aparecem no teto da igreja, sobre o altar, recorda, com nostalgia, mas com muita satisfação, o tempo das efervescentes atividades nesse galpão, que continua, ainda hoje, sendo um centro para as reuniões comunitárias, apesar do grande desenvolvimento do bairro e das inúmeras opções de locais para encontros e reuniões. Com a voz firme que ela conta:

“A gente lutou muito pra construir a igreja. Xi! Você nem imagina! Mas quando a igreja foi inaugurada, foi uma festa só. A igreja cheia nas missas no domingo era muito bonito, era de dar um orgulho só. No galpão, a gente reunia quase que toda noite, não tinha luz não, mas tinha um lampião. E a gente falava dos nossos problemas, das dificuldades aqui do bairro. Foi aí que nós resolvemos ir falar com o prefeito. O Frei Fúlvio vivia lá na prefeitura. E nós ali, com ele. O prefeito ou os secretários dele marcavam reunião aqui com a gente. As 7 horas, tava todo mundo sentado no galpão. E eles davam um chá de cadeira na gente. Dava 10 horas da noite e eles não apareciam. Mas a gente não desistia, não, você pensa?... No outro dia nós ia lá e marcava outra vez a reunião. Foi uma luta, viu? Mas, devagarzinho, devagarzinho, nós fomos conseguindo tudo o que precisava. O prefeito daquela época não quis fazer muita coisa pra nós, não. Só dava chá de cadeira na gente. O tiquinho que fez, um postinho de saúde, uma ajudinha pra nossa creche, foi com muita insistência nossa. Também ninguém mais aqui no bairro votou ou vota nele. Mas o prefeito que entrou depois dele, veio aqui, e ouviu tudo o que nós tinha a dizer. E fez tudo isso que você tá vendo aí: água “das boa”, luz, asfalto, escola, posto de saúde grande, com muito médico, muito equipamento, o quartel, hoje tem tudo aqui no bairro. Tá essa maravilha que você pode vê. Mas tudo começou lá, minha filha, lá naquele galpão da igreja, que nós ajudamos a construir.”

A preservação dessa memória coletiva, que a Igreja do Divino Espírito Santo do Cerrado sedimenta, torna presente e visível no cotidiano, é parte fundamental desse processo: preservar essa memória, conhecê-la e nela se reconhecer, são atitudes imprescindíveis para qualquer comunidade que queira construir sua identidade cultural.

Em conclusão

A arquitetura, como toda obra de arte, retrata o seu autor e é por isso que, segundo Stroeter (1986), “todo edifício tem uma personalidade, um tom, um humor, um sentido pessoal.” A Igreja do Divino Espírito Santo do Cerrado carrega a visão de mundo de Lina Bo Bardi e expressa o contexto na qual está inserida. Não é fácil perceber os acontecimentos do seu tempo e integrá-los à arquitetura no momento em que é feita. Um dos aspectos mais importantes dessa obra é, sem dúvida, a aguda sensibilidade demonstrada por Lina em relação ao local onde foi implantada, procurando encontrar soluções totalmente apropriadas com o contexto circundante.

No entanto, entre o momento em que as formas significantes foram concebidas e esse em que tais formas são recebidas, transcorreu um lapso de tempo suficiente para mudar o contexto histórico, econômico, social e cultural.

Com o crescimento da cidade e com a chegada de toda infraestrutura no local, o bairro Jaraguá quadruplicou sua população em pouquíssimo tempo, mudando as



características dessa comunidade, formada hoje por pessoas de diferentes níveis de renda e de condições sociais. Não é mais um bairro periférico, nem de população pobre. A igreja criada para tornar-se, também, um espaço de lazer, de encontro e de entretenimento, já não tem mais essa serventia, como sua função primeira, utilitária, assim como as funções segundas, simbólicas, também mudaram de significado. A ideologia comunitária, que deveria patentear-se através da igreja e que vigorou por quase duas décadas, deu lugar a outra visão de vida associada, com a história preenchendo-a de outros sentidos. E nenhuma forma criada pela arquiteta teria podido impedir que a realidade se desenvolvesse de modo diferente.

A Igreja do Divino Espírito Santo do Cerrado tornou-se um signo do lugar, alimentando a identidade local. Ela representa um papel fundamental como síntese do passado e da história local. Uma história de homens e mulheres que, enfrentando as adversidades, assumiram o papel de sujeitos e construíram a sua própria história. Nenhuma descrição desse espaço ou nenhuma análise dessa história poderá substituir a experiência de estar lá com aquelas pessoas, de ouvi-las, de sentir e de descobrir os significados contidos em cada gesto e em cada lugar. Ainda hoje, o espaço permanece em mutação. Mas a igreja resiste. Em transição.

Referências bibliográficas

ALEJANDRO, Roberto. *Hermeneutics, citizenship and the public sphere*. New York: New York University Press, 1993.

BARDI, Lina Bo. *Igreja Divino Espírito Santo do Cerrado*. Lisboa, Blau Editora, 1999.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CLARK, David. *Introdução à geografia urbana*. São Paulo, Difel, 1985.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que são direitos da pessoa*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

HABERMAS, Jurgen. Três modelos normativos de democracia. *Revista de Cultura e Política*, Lua Nova, n.36, 1995.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. *PCLA*. v. 4, n.1, outubro/novembro/dezembro 2002.

STROETER, João R. *Arquitetura e teorias*. São Paulo, Nobel, 1986.